

## Há um elefante na sala? Ordem capitalista e as escolas do pensamento econômico

Fabio Rafael Otheguy Fernandes<sup>†</sup>

**Resumo:** Esse artigo busca oferecer um ponto de vista que, embora óbvio, é geralmente negligenciado no debate econômico de cunho metodológico: como as escolas do pensamento econômico se posicionam frente à ordem capitalista. Desse modo, este trabalho analisará como as escolas neoclássica, marxista, pós-keynesiana e institucionalista entendem o capitalismo enquanto sistema socioeconômico. Começaremos nossa investigação com a separação tradicional das escolas entre ortodoxia e heterodoxia. No lado ortodoxo, seguimos a ideia de que a ortodoxia é axiomáticamente neoclássica. Assim, buscaremos entender como sua base teórica entende o capitalismo através da revisão bibliográfica de alguns de seus principais teóricos. No lado heterodoxo, descreveremos a abordagem de suas três principais tradições: marxista, pós-keynesiana e institucionalista. Esse artigo conclui que, por um lado, a economia ortodoxa tem, no mínimo, um ponto de vista apologético em relação ao sistema capitalista. Com os heterodoxos, por outro lado, o resultado varia de acordo com a escola. Os pós-keynesianos, em geral, não buscam superar o capitalismo e acreditam que ele pode ser melhorado de modo a alcançar melhorias sociais. Marxistas e institucionalistas são ambos críticos ao capitalismo e buscam superá-lo através de uma perspectiva emancipatória.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Economia Ortodoxa. Economia Neoclássica. Economia Heterodoxa. Marxismo. Pós-Keynesianismo. Institucionalismo.

---

<sup>†</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do ABC (PPG-Economia UFABC)

**Abstract:** This paper seeks to offer an obvious but generally neglected stand point to understand the different perspectives that abound within economic thought. In short, we seek to analyze how neoclassical economics, Marxism, Post-Keynesianism and Institutionalism understands capitalism and the alternatives offered for our present condition. We began our inquiry with the traditional separation between orthodoxy and heterodoxy. On the orthodoxy side, we follow the idea that orthodoxy is axiomatically neoclassical. We seek to understand its theoretical foundation through the revision of its leading scholars. On the heterodox side, we describe the theoretical content of the three main schools of this tradition: Marxism, Post-Keynesianism and Institutionalism. This paper concludes that, on one hand, orthodox economics has at least an apologetic standpoint regarding the capitalist system. As for the heterodox, on the other hand, the result varies according to the school. Post-Keynesians do not generally seek to overcome capitalism, but believe that it may be improved in order to reach broader social goals. Marxists and institutionalists are both critical of capitalism and seek to overcome market order thorough an emancipatory perspective

**Keywords:** Capitalism, Orthodox Economics, Neoclassical Economics, Heterodox Economics, Marxism, Post-Keynesianism, Institutionalism.

## Introdução

Quando falamos sobre o capitalismo<sup>1</sup> como sistema econômico, uma questão primordial surge: esse sistema existe? Se sim, o que é? De fato, de acordo com muitos economistas *mainstream*, não há de fato um sistema capitalista! Essa abordagem peculiar ganhou força após o fim da Guerra Fria e a denominada vitória do capitalismo ocidental sobre o socialismo soviético<sup>2</sup> (ROSSER E ROSSER, 2004). Este trabalho, entretanto, não seguirá essa linha de pensamento. Nestas páginas, o capitalismo será tratado como o sistema econômico em vigor, com estrutura e características que lhe conferem especificidade.

Uma revisão de literatura a respeito de tal tema mostra que existem distintas caracterizações do capitalismo enquanto sistema. Rosser e Rosser (2004), em maneira próxima à de Hayek (GANEM, 2012), vêem o capitalismo como um sistema onde tanto a dinâmica produtiva quanto a alocação de recursos são ditadas por agentes individuais - termo esse que engloba tanto indivíduos *per se* quanto firmas ou empresas. Essas decisões seriam tomadas com base em sinais provenientes

---

<sup>1</sup> Este trabalho não buscará revisar a conjuntura histórica por trás da emergência capitalista - sobre isso, já existe vasta e apropriada literatura. Indicamos Hobsbawm (1977), Pirenne (1956) e Polanyi (2001) como boas leituras sobre este tópico.

<sup>2</sup> Fukuyama (1992) popularizou essa tese ao alegar que a queda do Muro de Berlim e o consequente desmantelamento do bloco soviético constituiu o fim da história: o liberalismo econômico e as democracias representativas ocidentais seriam o último estágio da evolução social humana.

da flutuação dos preços decorrentes da constante interação entre a oferta e a demanda dos fatores de produção, bens e serviços. Ao mesmo tempo, os agentes mantêm trocas constantes entre esses bens e serviços por dinheiro estabelecendo uma ordem espontânea e descentralizada. Por outro lado, Hunt e Lautzenheiser (2013) definem o capitalismo como um sistema econômico que pode ser entendido através de quatro estruturas institucionais e comportamentais: a) a produção de bens e serviços visando o mercado; b) a propriedade privada dos meios de produção; c) uma enorme parcela da população que apenas pode sobreviver através da venda de sua força de trabalho<sup>3</sup>; e d) um comportamento individualista dos indivíduos que vivem sob essa ordem socioeconômica.

Mas a despeito da maneira como enxergamos o sistema capitalista, é difícil não aceitar um fato: existe uma ordem socioeconômica em vigor na maior parte do mundo. Essa ordem, na visão deste trabalho, é o capitalismo. Finalmente, desde que esse sistema se tornou hegemônico na generalidade da civilização moderna, torna-se relevante estudar de que modo as principais escolas do pensamento econômico enxergam esse sistema. De modo a buscar tal entendimento, este trabalho propõe uma revisão das bases teóricas de algumas escolas do pensamento econômico que compõe as categorias ortodoxas e heterodoxas. A primeira parte deste trabalho buscará definir o que é a economia ortodoxa e como ela compreende a ordem de mercado vigente. A segunda parte desse trabalho buscará examinar o que define a economia heterodoxa e irá explorar como as suas principais correntes<sup>4</sup> compreendem o capitalismo. Finalmente, tecerão-se algumas considerações acerca das incomensurabilidades e possibilidades de cooperação entre as escolas que compõem o campo heterodoxo.

## **1. Capitalismo para a economia ortodoxa**

### **1.1. O que é a economia ortodoxa?**

Antes de responder essa questão, vale destacar que temos acompanhado recente e intenso debate sobre o significado dos termos *mainstream*, ortodoxia e neoclassicismo. Por um lado, alguns teóricos defendem a ideia de que estes termos não possuem o mesmo significado. Nessa linha, Colander, Holt e Rosser (2004) argumentam que o *mainstream* econômico é melhor definido como uma categoria sociológica, uma vez que tal grupo é “formado pelas ideias defendidas pelos indivíduos que são dominantes nas principais instituições acadêmicas, organizações e jornais em

---

<sup>3</sup> Essa visão do capitalismo como um sistema que é caracterizado pela divisão social entre duas classes distintas (uma detentora dos meios de produção e outra de nada além de sua força de trabalho) também é defendida por Zimbalist e Sherman (1984) e Jenks (1998).

<sup>4</sup> Esse artigo aceitará a visão de Lee (2009) de que as principais tradições da heterodoxia são o marxismo, o pós-keynesianismo e o institucionalismo.

dado momento, especialmente nas principais instituições de pesquisa” (p. 490, tradução livre<sup>5</sup>). Eles ainda argumentam que a aceitação ou não de uma teoria ou teórico como parte de tal grupo depende da presença de uma estrutura epistemológica previamente aceita por tal categoria sociológica<sup>6</sup>.

Já em relação ao que se entende como economia ortodoxa, Colander, Holt e Rosser defendem a ideia que isso não é nada mais do que uma categoria intelectual que atualmente é a escola econômica dominante. Em concordância a essa ideia, Dequech (2007) acrescenta que essa categoria dominante é representada atualmente pela escola econômica neoclássica. Contudo, Colander (2002) argumenta que existe um exagero no uso do termo “neoclássico”. De acordo com o autor, essa categorização não é mais razoável no atual estágio da economia *mainstream*. Colander advoga que existe inclusive um paradoxo na utilização do termo: a teoria marginalista é categorizada como economia neoclássica<sup>7</sup> ao mesmo tempo em que os economistas heterodoxos categorizam como tal a economia ortodoxa atual. Isso seria uma contradição, uma vez que a economia marginalista não é essencialmente igual ao que o autor caracteriza como “economia moderna” - de fato, apenas alguns aspectos da economia neoclássica permaneceram presentes. Em resumo, para estes autores, o *mainstream* é uma categoria sociológica, a ortodoxia é a perspectiva hegemônica e a economia neoclássica nada além de uma velha teoria pertencente ao fim do século XIX e o começo do século XX.

Esse trabalho irá adotar uma visão absolutamente distinta. Aqui, trataremos essas três denominações como análogas. A lógica por trás dessa hipótese é aquela defendida por Arnsperger e Varoufakis (2005, 2006): a economia neoclássica é caracterizada por três axiomas principais e cada um deles permanece presente na economia *mainstream*<sup>8</sup>. O primeiro axioma é o do individualismo metodológico, o qual assinala que todo o fenômeno socioeconômico “necessita ser analisado tendo como foco os indivíduos cujas ações trouxeram-no a tona, entendendo integralmente o seu

---

<sup>5</sup> Do inglês: “In some sense, mainstream economics is the easiest (...) to define, although it may be the hardest to identify in practice. It is in large part a sociologically defined category. Mainstream consists of the ideas that are held by those individuals who are dominant in the leading academic institutions, organizations, and journals at any given time, especially the leading graduate research institutions”.

<sup>6</sup> Embora essa “estrutura epistemológica” não seja bem especificada ao longo dessa definição feita pelos autores, Lawson (2005), concordante dessa linha argumentativa de Colander, advoga que essa estrutura seria caracterizada por uma modelação matemática-indutiva.

<sup>7</sup> O termo “neoclássico” visando caracterizar os economistas marginalistas, especialmente Marshall, foi utilizado pela primeira vez por Thorstein Veblen (1900). Aspromourgos (1986) debate as controvérsias por trás da popularização do termo dentro do debate econômico.

<sup>8</sup> Harvey (2015) igualmente defende esta hipótese. Ele argumenta que, de fato, tudo que existe nos manuais de microeconomia pode ser relacionado com o que foi desenvolvido pelos principais teóricos marginalistas.

funcionamento no nível individual e, finalmente, sintetizando o conhecimento derivado do nível individual de modo a entender um complexo fenômeno social” (2006, p. 7, tradução livre<sup>9</sup>)<sup>10</sup>.

O segundo axioma é o do instrumentalismo metodológico. Para a economia neoclássica, todo comportamento é guiado por um padrão de preferências e precisa ser compreendido como uma função visando a maximização da satisfação individual. Embora a teoria neoclássica tenha relaxado gradualmente a rigidez da racionalidade do seu homem econômico, ele continua agindo com base em um objetivo instrumental. Por fim, o terceiro e último axioma é o do equilíbrio metodológico. Na ótica neoclássica, se os agentes agirem de acordo com as escolhas instrumentais racionais, então esse comportamento levará para um equilíbrio analiticamente previsível. Esses três axiomas são a base fundamental daquilo que é atualmente aceito como economia *mainstream*. De acordo com os autores:

Todas as abordagens do *mainstream* econômico nesses campos permanecem leais aos três meta-axiomas. (...) O resumo é claro: a despeito de todas as negações, existe uma teoria social que obedece aos três meta-axiomas acima a qual podemos, legitimamente, e na falta de definição melhor, caracterizar como neoclássica. (2006, p.12-13, tradução livre<sup>11</sup>)

Por essa razão, na perspectiva encampada por este trabalho, *mainstream*, ortodoxia ou economia neoclássica seriam a mesma coisa. Por fim, embora se compreenda que a discussão acerca das mudanças naquilo que conhecemos como *mainstream* econômico seja importante para a disciplina, enxergamos que há um elefante na sala que também precisa ser debatido: como as escolas do pensamento econômico enxergam a ordem socioeconômica determinada pelo próprio sistema que estas escolas pretendem analisar: o sistema capitalista.

## 1.2. Como a ortodoxia vê a ordem capitalista?

Este questionamento se faz mais complexo do que parece. Isso ocorre em função de existir uma grande resistência por parte de pensadores ortodoxos em assumirem a si mesmos como apoiadores da ordem capitalista. De fato, como bem apontam Arnsperger e Varoufakis (2006),

---

<sup>9</sup> Do inglês: “is to be analysed by focusing on the individuals whose actions brought it about; understanding fully their ‘workings’ at the individual level; and, finally, synthesising the knowledge derived at the individual level in order to understand the complex social phenomenon”.

<sup>10</sup> Kirman (1989) também destaca que ao longo de todo o século XX a pesquisa econômica *mainstream* tomou o agente individual como um fundamento essencial. Análise semelhante é feita por Prado (2006).

<sup>11</sup> Do inglês: “All mainstream approaches in these fields remain loyal to the three meta-axioms. (...) The bottom line, then, is clear: despite all denials, there is such a thing as a body of social theory that subscribes to the three meta-axioms above and which we can legitimately, for want of a better term, label neoclassical”.

grande parte dos seguidores dessa tradição sequer se assumem como neoclássicos<sup>12</sup>! A bem da verdade, uma parte considerável dos economistas ortodoxos não aceitam mais a existência de um sistema capitalista *per se*. Arnsperger e Varoufakis (2005) apontam que, na visão neoclássica, as modernas sociedades pós-industriais deveriam ser entendidas como um conjunto de redes de poder. Tais posicionamentos provavelmente derivam do fato de que esses acadêmicos costumam proclamar sua teoria puramente científica e não-ideológica e é por isso que negam ser pró-capitalismo, de direita ou qualquer outra coisa que envolva algum posicionamento político-ideológico. Assim, é difícil definir se um grupo apoia o capitalismo se parte considerável dessa própria comunidade nega a existência do mesmo.

Entretanto, a despeito dos esforços neoclássicos, não é particularmente difícil entender como a ortodoxia enxerga a ordem capitalista. Harvey (2015) destaca o fato de que a teoria neoclássica ganhou muita força e prestígio durante o contexto da guerra fria: ela foi “escolhida” para representar o capitalismo ocidental - e isso decorreu do fato de suas conclusões teóricas serem mais favoráveis à ordem de mercado<sup>13</sup>. Hunt e Lautzenheiser (2013), de modo similar, apontam que a teoria marginalista emergiu como pró-capitalista ao naturalizar e descaracterizar as contradições de tal sistema.

Além disso, outra ferramenta para compreender como a economia neoclássica enxerga o capitalista é a leitura de alguns de seus mais importantes teóricos, especialmente aqueles responsáveis pela construção de sua base axiomática. Apesar da impossibilidade de realizar um estudo exaustivo neste sentido, a revisão de algumas ideias selecionadas destes pensadores nos oferece uma interessante referência a título de ilustração. Walras (1996)<sup>14</sup>, pai da teoria do equilíbrio geral, é famoso por ter colocado os louros do sistema capitalista sob uma ótica meramente científica: segundo ele, os seus detratores são meros inquisidores morais. Ele argumenta que não há um efetivo antagonismo entre o comportamento egoísta do *homo economicus* e a possibilidade de justiça social. Uma leitura aprofundada de seus *Elementos* mostra diversas passagens onde está presente a ideia de que apenas sob a égide capitalista seria possível maximizar

---

<sup>12</sup> Os autores comparam a teoria neoclássica ao racismo, uma vez que “embora [a teoria seja] sempre presente e dominante, ninguém confessa ser guiado por ela” (p.5).

<sup>13</sup> Nessa linha, Kanth (1999) e Guerrien (2004) destacam que a literatura neoclássica efetivamente sempre funcionou como uma defesa teórica do *status quo* capitalista ao mostrar repetidamente que o *laissez-faire* produz sempre ótimos resultados.

<sup>14</sup> Apesar de (ou até em função de) o *mainstream* econômico negar a sua base axiomática neoclássica, a visão de Walras sobre o sistema capitalista se mostra de suma importância uma vez que o equilíbrio geral walrasiano permanece como um dos elementos básicos daquilo que é geralmente caracterizado como *mainstream* (KIRMAN, 1989).

o bem-estar social. E, acima de tudo, fica claro essa constatação seria explicitamente científica - isto é, sem nenhuma contaminação ideológica ou moral<sup>15</sup>.

Alfred Marshall (1996), outro importante teórico neoclássico, tomava o capitalismo como uma ordem derivada da natureza da racionalidade humana. Diferentemente de Walras e sua análise de caráter estático, a abordagem marshalliana poderia de alguma maneira ser interpretada como evolucionária<sup>16</sup>. Em sua visão, um processo evolutivo levou a sociedade para um sistema econômico mais justo, lucrativo e produtivo. Em linha com essa ideia, o autor afirma que deveríamos levar em conta “as principais conseqüências econômicas da lei, segundo a qual a luta pela existência faz com que se multipliquem os organismos mais capazes de se aproveitarem das vantagens que o seu meio oferece” (p. 294). Em termos absolutamente spencerianos, Marshall acreditava que, embora à primeira vista o capitalismo pudesse parecer exploratório e injusto, sua sobrevivência ao longo da história faria com que suas aptidões progressistas superassem as suas imperfeições. Para o teórico inglês, os socialistas de sua época atacavam o capitalismo simplesmente porque não conseguiam entender completamente as suas qualidades. Um dos pilares do capitalismo e que, de acordo com o autor, seria fator imprescindível para o progresso, é a propriedade privada:

A tendência do cuidadoso estudo econômico é basear os direitos da propriedade privada não em algum princípio abstrato, mas na observação de que no passado esses direitos têm sido inseparáveis do progresso; e que, portanto, toca aos homens responsáveis agirem cautelosa e experimentalmente na revogação ou mesmo modificação dos direitos que podem parecer inapropriados às condições ideais da vida social (p. 113)

Já no século XX, Milton Friedman (1982) defendeu o sistema capitalista ao escrever que somente sob esta ordem econômica os homens poderiam alcançar liberdade política e econômica ao mesmo tempo, uma vez que esses dois tipos de poder são separados. A ordem de mercado seria a única e poderia levar a sociedade a ser inteiramente livre e justa.

---

<sup>15</sup> Em uma dessas muitas passagens, Walras afirma: “A troca de várias mercadorias entre si, num mercado regido pela livre-concorrência, é uma operação pela qual todos os portadores, quer de uma, quer de várias dessas mercadorias, quer de todas, podem obter a maior satisfação de suas necessidades compatível com a condição de que não apenas duas mercadorias quaisquer sejam trocadas uma pela outra segundo uma proporção comum e idêntica, mas que, além disso, essas duas mercadorias sejam trocadas por uma terceira qualquer segundo duas proporções, cuja relação seja igual à primeira” (p. 136).

<sup>16</sup> Como veremos adiante neste trabalho, Veblen também partiu de uma abordagem evolucionária, mas seu método e suas conclusões se mostraram absolutamente distintos. Por um lado, Veblen (1898a) partia de uma lógica darwiniana (que seria incompatível com a ética utilitarista neoclássica) para caracterizar sua estrutura evolutiva, Marshall (1996), por outro lado, teria uma abordagem evolucionária que poderia ser interpretada como spenceriana - uma ideia desenvolvida e defendida por Luz e Fracalanza (2012).

Por fim, embora os economistas neoclássicos façam enormes esforços visando desassociar-se de um *status* apologético em relação ao capitalismo (ARNSPERGER E VAROUFAKIS, 2006), uma leitura mais aprofundada de teóricos selecionados e que formularam a base teórica da escola mostra que todos estes eram entusiastas da ordem socioeconômica vigente: em geral, eles possuíam uma visão muito mais positiva do sistema capitalista do que qualquer um dos outros a serem abordados nas próximas páginas.

## 2. Capitalismo para a economia heterodoxa

### 2.1. O que é a economia heterodoxa?

O termo heterodoxia foi utilizado pela primeira vez no fim dos anos 80 e, desde então, seu uso foi tornando-se progressivamente frequente (LEE, 2008). Para Lawson (2005), a grosso modo, podemos definir como heterodoxas todas as teorias que não se encaixam na ortodoxia: por exemplo, pós-keynesianismo, institucionalismo original, economia feminista, marxismo, escola austríaca etc. Mas existe algo em comum entre essas escolas do pensamento além do fato de não serem ortodoxas? Para Lawson, existem três elementos que unificam essas três tradições: 1) cada uma delas possui um conjunto de temas abstratos que são recorrentes; 2) um conjunto de tentativas de teorizar em torno desses temas específicos e, como consequência, estabelecer posições políticas ou princípios metodológicos; e 3) o fato de que não é possível gerar unanimidades consideráveis com outras escolas da economia heterodoxa<sup>17</sup>.

Dow (2000), por sua vez, destaca que existe uma grande diferença metodológica entre as escolas ortodoxa e heterodoxa: uma dicotomia entre um sistema de abordagem aberto e um fechado<sup>18</sup>. Para ela, o sistema fechado assume que “todas as variáveis relevantes e a relação entre elas são conhecíveis e, assim, passíveis de serem representadas através de um sistema matemático

---

<sup>17</sup> É disso que resulta a ideia de que a oposição ao pensamento neoclássico seria a única coisa que as une. Lawson afirma, indo mais a fundo, que as escolas heterodoxas possuem diferenças internas que seguem as mesmas regras expostas acima. Por exemplo, podemos citar Arestis (1990) e Dow (1992) defendendo a ideia de que a aversão ao pensamento neoclássico seria a única coisa que efetivamente unifica o pensamento pós-keynesiano. Do lado institucionalista, Rutherford (2000) argumenta em direção parecida. Em função disso, não haveria uma unidade teórica sequer dentro das próprias escolas heterodoxas.

<sup>18</sup> De maneira parecida, mas sob uma ótica mais microeconômica, Prado (2006) nos oferece uma dicotomia entre duas abordagens distintas e que podem ser analogamente úteis para o leitor deste trabalho. O autor divide a análise microeconômica em duas tradições distintas: por um lado, temos a microeconomia reducionista e, do outro, a microeconomia sistêmica. A primeira seria uma abordagem que entende os indivíduos (ou agentes econômicos) como “unidades de decisão clarividentes, dotadas de racionalidade grosso modo perfeita e já constituídas como tais em face das escolhas” (p. 305), enquanto a segunda seria aquela que entende que os indivíduos (ou agentes) são “parcialmente cegas, em processo de constituição para tomada de decisão e dotadas de racionalidade limitada” (p.305). Ele definiria a contraposição entre essas duas distintas visões microeconômicas como algo que “tem por fulcro o modo de conexão das partes entre si e das partes com o todo” (305).



formal” (p. 158, tradução livre<sup>19</sup>). Um sistema de abordagem aberto, por outro lado, percebe os fenômenos econômicos como algo em constante mudança, de tal modo que todas as variáveis relevantes e suas correlações não são conhecíveis. Conseqüentemente, podemos então definir o sistema fechado como o método principal adotado pelo pensamento ortodoxo<sup>20</sup>, enquanto, por outro lado, o sistema aberto seria mais adequado para descrever o método heterodoxo. Oreiro e Gala (2016) destacam que existe um outro elemento que unifica as diferentes escolas heterodoxas: em linha com uma lógica kuhniana<sup>21</sup>, elas operam como contra-paradigmáticas em relação ao *mainstream* econômico. De acordo com os autores, os economistas heterodoxos aceitam que a ciência econômica, como um sistema aberto, não pode possuir uma única abordagem que possa ser classificada como absoluta.

## 2.2. Como a heterodoxia vê a ordem capitalista?

Como destacado anteriormente, este trabalho opta por analisar apenas algumas das escolas que compõe a heterodoxia econômica. Desse modo, abordaremos como o marxismo, os pós-keynesianos e os institucionalistas entendem a ordem capitalista.

### 2.2. Marxismo

O marxismo é provavelmente a escola mais veementemente antagônica ao sistema capitalista. De fato, Dugger (1988) aponta que Karl Marx é possivelmente o mais radical de todos os economistas clássicos. Ao apontar o capital como o ponto central da economia contemporânea, Marx é aquele que efetivamente define a ordem de mercado como capitalista. Esse sistema é definido por um incessante processo de busca pela valorização de capital - a produção de bens e as trocas entre os indivíduos não seriam nada além de uma parte desse processo. Para o pensamento marxista, o sistema capitalista é definido pela relação entre aqueles que possuem os meios de produção e aqueles que não os detém - e é a correlação entre essas duas classes a força motora da economia. Desse modo, uma das principais características do capitalismo é a propriedade privada dos meios de produção social por um reduzido número de pessoas (a burguesia) em detrimento de uma esmagadora maioria (os proletários). A sobrevivência do capitalismo depende dessa dinâmica

---

<sup>19</sup> Do inglês: “all relevant variables and relationships between variables are knowable, and thus amenable to representation by a single formal mathematical system”.

<sup>20</sup> Krugman (1998) e Katzner (2001), por exemplo, argumentam em favor da formalização matemática na ciência econômica.

<sup>21</sup> Dow (2000) acredita que essa abordagem mais ampla acaba por tornar a economia heterodoxa mais pluralista. Entretanto, esse sistema aberto não emerge do relativismo pós-moderno radical de que “tudo é válido”, como defendido por Feyerabend (1993). Pelo contrário, é possível compreendê-lo em linha com a abordagem de Kuhn (1998) de que embora os princípios científicos estejam, de alguma forma, estabelecidos, eles ainda podem ser (e de fato são) constantemente colocados em xeque e é dessa maneira que o progresso científico é alcançado.

exploratória, uma vez que o processo de valorização do capital ocorre através da extração de mais-valia do trabalho (MARX, 2013)<sup>22</sup>.

Diferente de muitos socialistas de sua época, Marx não buscava reformas que pudessem reduzir a desigualdade social. De acordo com o alemão, havia apenas uma opção viável: a destruição e substituição da sociedade capitalista. Em linha com sua perspectiva dialética<sup>23</sup>, Marx acreditava que o capitalismo era um sistema fadado ao fim. Em função de suas contradições, o capitalismo criaria as condições para a emergência de uma organização social totalmente nova (HARVEY, 2015). Os marxistas acreditam que o capitalismo tem um caráter contraditório e, dessa forma, causa crises constantes. Eles também buscam construir uma nova sociedade que possa resolver todas as contradições socioeconômicas causadas pela ordem de mercado (HARVEY, 2014). Harvey (2015) aponta que essa é uma característica da dialética hegeliana ainda presente no marxismo: a ideia de que a história sempre se move contra a imperfeição, de modo que é razoável concluir que o capitalismo chegará ao fim, uma vez que tal sistema possui tantas contradições. Marx acreditava que movimentos de expansão-depressão seriam cada vez mais frequentes e cada vez mais intensos. Desse modo, o abismo separando a burguesia e o proletariado igualmente cresceria. Não obstante, a indústria seria crescentemente monopolizada em função de grandes capitalistas destruírem os capitalistas menores. Isso levaria, por fim, a uma ruptura causada pela revolta de uma bem-organizada e bem-conectada classe trabalhadora (MARX, 2013).

É bastante claro o antagonismo entre o marxismo e o capitalismo. Tal sistema deve ser destruído - e, de fato, será. A nova sociedade que emergirá será um sistema de transição chamado socialismo<sup>24</sup>. Entretanto, essa sociedade de transição também estaria fadada a ser substituída em função de suas próprias contradições<sup>25</sup>. Esse processo eventualmente geraria as condições objetivas para o estabelecimento de um estágio final e definitivo: o comunismo<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup> Esta particularidade torna o capitalismo distinto em relação aos sistemas anteriores: a produção é o ponto central do sistema, uma vez que é aqui onde se expropria a mais-valia e o capital se valoriza. Esse ponto separa o capitalismo industrial do capitalismo mercantil, onde o processo de valorização era mais simples (GERMER, 2016, VIEIRA, 2018).

<sup>23</sup> De modo bastante sintético, podemos definir a dialética como o embate entre uma tese e sua antítese, o que formaria uma nova síntese - que é, por sua vez, diferente ou pelo menos não inteiramente existente na tese anterior. Os trabalhos do próprio Hegel (1997, 2003) podem dar uma profundidade maior ao leitor que busca um melhor entendimento sobre o conceito. Posteriormente, Marx acabou por romper com a dialética hegeliana e formulou assim o seu materialismo histórico dialético (MARX E ENGELS, 2002. MARX, 2010). Uma interessante discussão acerca dessa ruptura é feita por Fausto (1993).

<sup>24</sup> Os principais conceitos por trás do socialismo marxista podem ser mais bem entendidos em literatura que se aprofunda no tema, como Bianchi (2000) e o próprio Marx (2012).

<sup>25</sup> Marx (2012) enfatiza que a sociedade socialista continuaria gerando desigualdades e contradições próprias. Isso ocorreria porque ainda existiriam diversas diferenças entre os trabalhadores individualmente - isto é, alguns seriam mais produtivos, outros seriam casados, com filhos etc.

<sup>26</sup> Embora Marx e Engels (2015) sejam comumente referenciados como os ideólogos do comunismo, a origem de uma sociedade horizontal, igualitária, sem Estado e classes sociais é de difícil exatidão. Platão (1987) argumentou em favor

### 2.3. Pós-Keynesianismo

Após a crise econômica do fim da década passada, o interesse no keynesianismo aumentou - mesmo entre os economistas ortodoxos<sup>27</sup>. No escopo keynesiano, os pós-keynesianos são aqueles que, segundo Carvalho (1987), seguem a obra original de Keynes. Eles alegam que outros pretensos keynesianos reformularam as suas ideias de acordo com as regras neoclássicas<sup>28</sup>. Assim como os marxistas, os pós-keynesianos também veem o capitalismo como um sistema inerentemente instável - contudo, Carvalho aponta que a abordagem keynesiana seria, como um todo, mais razoável.

Keynes (1996) elaborou um sistema de análise pautado em observações empíricas do comportamento econômico - fugindo, assim, do axiomatismo comportamental neoclássico. Ele definia a ordem de mercado capitalista como uma economia monetária de produção, que seria caracterizada por: a) o fato de que a moeda não é neutra, de modo que impacta a economia real; e b) o tempo é irreversível e o futuro é incerto (BUSATO E PINTO, 2008). Carvalho (1987) destaca outra característica da abordagem keynesiana que antagoniza a neoclássica: o fato de que a economia real não é caracterizada por apenas um único tipo de agente, mas dois, dividindo-os entre trabalhadores e empresários. Por um lado, temos os trabalhadores: um tipo de agente que busca maximizar seu consumo e, conseqüentemente, sua satisfação. Por outro lado, os empresários: um tipo de agente que busca acumular riqueza monetária. Eles são separados porque cada um deles busca maximizar uma função diferente, de modo que o seu comportamento não é o mesmo. Além disso, também existe assimetria de poder entre esses dois tipos de agente: quem tem o real poder de decisão na economia monetária é o empresário, uma vez que eles é quem definem a quantidade de trabalho que será demandada - como Keynes entende que a elasticidade da produção de moeda é quase nula, o empresário pode decidir não investir (isto é, demandar mais trabalho) de modo a reter moeda. De modo sintético, essa é a razão pela qual o capitalismo pode apresentar desemprego involuntário.

Como seguidores da obra fundamental de Keynes, os pós-keynesianos enxergam, conseqüentemente, a economia capitalista como uma economia monetária de produção e acreditam que o intervencionismo é necessário para aparar as imperfeições desse sistema econômico. De fato, defendem que o governo precisa estimular a economia para o ponto em que o setor privado não consegue (ao menos de propósito): o pleno emprego (HARVEY, 2015). Além disso, também

---

de uma sociedade sem propriedade privada e sem a instituição da família que levaria ao fim dos conflitos entre os interesses públicos e privados. Além disso, o cristianismo primitivo também apresentava diversas características que podem ser reconhecidas como análogas ao comunismo marxista, como apontam Löwy (1998) e Oliveira (2010).

<sup>27</sup> Mankiw (2008), Krugman (2009) e Posner (2009), para dar dois exemplos.

<sup>28</sup> Dois exemplos dessas ditas reformulações podem ser encontrados nas obras de Hicks (1937) e Samuelson (1946).

descartam todos os axiomas neoclássicos que foram previamente abandonados pelo próprio Keynes (DAVIDSON, 2003-2004).

Entretanto, os seguidores da teoria keynesiana não buscam destruir o capitalismo, mas sim consertá-lo ou melhorá-lo, pois reconhecem que tal sistema possui propriedades dinâmicas importantes e positivas (LAVOIE, 2014). De fato, a despeito de apontar para notáveis problemas do sistema capitalista, Keynes (1996) nunca advogou o fim do mesmo. Como apontado por Ferrari e Terra (2011), ele buscava “reformá-lo e salvá-lo” (p. 292)<sup>29</sup>. Harvey (2015), por sua vez, aponta que a abordagem pós-keynesiana é meramente pragmática: injustiças existem, mas não há “nenhuma razão para acreditar que elas seriam remediadas pela rejeição do sistema capitalista” (p. 107, tradução livre<sup>30</sup>).

Keynes (2010) acreditava que, na primeira metade do século XXI, a civilização de mercado finalmente teria resolvido o “problema econômico”. Nesse mundo hipotético, o real desafio seria decidir o que fazer com todo o tempo livre que teríamos. Isso ocorreria em função do capitalismo e dos valores morais desse sistema. Essa profética e apologética utopia mostra que, embora favorável ao intervencionismo e, em grande parte, opositor teórico da economia neoclássica, Keynes possuía um grande encantamento por algum tipo de potencialidade metafísica do capitalismo que supostamente deveria ter nos guiado ao Olimpo.

#### **2.4. Institucionalismo**

O institucionalismo é inegavelmente uma das mais importantes escolas do pensamento econômico. Harvey (2015) e Rutherford (2000) lembram que a escola foi um dos paradigmas hegemônicos na economia estadunidense no começo do século passado. Hunt e Lautzenheiser (2013) enxergam em Veblen o teórico que melhor entendeu a transformação cultural e institucional do período entre o fim do século XIX e o começo do século XX. A importância de adjetivar adequadamente a figura de Thorstein Veblen deriva do fato de que é com base em suas ideias que buscaremos analisar como o pensamento institucionalista enxerga a ordem econômica capitalista.

---

<sup>29</sup> Nas palavras do próprio Keynes (1996): (...) o individualismo, se puder ser purgado de seus defeitos e abusos, é a melhor salvaguarda da liberdade pessoal, no sentido de que amplia mais do que qualquer outro sistema o campo para o exercício das escolhas pessoais. (...). É certo que o mundo não tolerará por muito mais tempo o desemprego que, à parte curtos intervalos de excitação, é uma consequência — e na minha opinião uma consequência inevitável — do capitalismo individualista do nosso tempo. Mas pode ser possível curar o mal por meio de uma análise correta do problema, preservando ao mesmo tempo a eficiência e a liberdade (p. 346-347).

<sup>30</sup> Do inglês: “no reason to believe that these would be remedied by a wholesale rejection of the capitalist system”.

Harvey (2015) aponta que o pensamento institucionalista é muito diferente das demais escolas do pensamento econômico<sup>31</sup>. A sociedade, na abordagem institucionalista, seria formada por um conjunto de sistemas institucionais (DUGGER, 1980). De acordo com Veblen (1909), uma instituição pode ser definida como hábitos estabelecidos pelo senso comum entre a generalidade dos homens e das mulheres. Veblen (1899, 1964) descreve que existem dois distintos tipos de valores dentro de uma civilização que permeiam as suas instituições: os valores cerimoniais e os valores instrumentais<sup>32</sup>. Posto isso, temos o ponto central da análise institucional e vebleniana: essas instituições e valores não são estáticas (DUGGER, 1984). Cada uma delas opera em função de um processo histórico e evolutivo, de modo análogo àquele da teoria darwiniana. Esta foi a primeira abordagem evolucionária na história do pensamento econômico a não ater-se à teleologia marginalista<sup>33</sup> ou ao utilitarismo ético hedonista da teoria neoclássica.

Veblen foi um grande crítico da “civilização de negócios”<sup>34</sup> capitalista (DUGGER, 1988). O autor criticava as sociedades que promoviam os instintos<sup>35</sup> predatórios dos homens e das mulheres. O sistema econômico contemporâneo, por sua vez, se enquadraria nesse tipo de organização social, assim como os sistemas anteriores igualmente se enquadraram. De fato, essa predominância predatória na civilização humana teria emergido em algum lugar entre a selvageria pacífica do período Neolítico e o barbarismo (VEBLEN, 1964). Um dos principais elementos institucionais ligados aos instintos predatórios, de acordo com Veblen, é a propriedade privada - e, uma vez que a propriedade é fundamentalmente ligada à natureza do capitalismo enquanto sistema, esse é um ponto crucial em sua oposição ao sistema econômico vigente (SIMIQUELI, 2016). Além disso, Veblen (1898b e 1899) destaca que o fortalecimento dos instintos predatórios e da propriedade

---

<sup>31</sup> Dentre as poucas páginas em que se estende este trabalho, seria absolutamente impraticável aprofundar-me de maneira minimamente aceitável na teoria econômica institucional de modo a apresentar uma boa síntese de sua estrutura. Aqueles interessados em um estudo mais profundo da escola institucionalista podem ler os trabalhos de Harvey (2015) e Rutherford (2000). A melhor opção, entretanto, seria a leitura da bibliografia de seu principal teórico: Thorstein Veblen.

<sup>32</sup> O valor cerimonial pode ser entendido como um dogma social. Valores instrumentais, por outro lado, são aqueles que se correlacionam com o uso de ferramentas ou habilidades no desenvolvimento de conhecimento que fortalece a capacidade de resolver problemas de uma dada comunidade.

<sup>33</sup> De acordo com Veblen (1898a e 1904), o método neoclássico pode ser denominado como “adequação cerimonial”. A economia neoclássica busca formular leis gerais que podem sempre apontar, ao fim, para algum estágio final de equilíbrio. Seria uma tentativa de adequar os fatos à teoria elaborada, quando o correto seria o contrário.

<sup>34</sup> Dugger (2006) aponta para o fato de que Veblen não faz uso do termo capitalismo ou ordem de mercado porque isso implicaria no fato de que o capital seria o elemento central da dinâmica do sistema econômico - algo que o autor não reconhece.

<sup>35</sup> Neste ponto, vale destacar que Veblen (1909) emprega a palavra “instinto” em sua teoria sem ter qualquer intento de caracterizar o comportamento do ser humano como instintivo nos mesmos moldes que tratamos o conceito de instinto para com os demais animais. Como bem aponta Diggins (1977), os próprios instintos são mutáveis e respondem às transformações institucionais de dada civilização.

privada são responsáveis pela criação das condições que permitiram a emergência<sup>36</sup> de diferentes classes sociais, assim como o estabelecimento da opressão entre diferentes grupos.

Mas a naturalização dessa estrutura tem um caráter bastante complexo. De acordo com Veblen (1898c), o trabalho humano, em virtude da existência de um inerente instinto para o artesanato presente nos homens e nas mulheres, supostamente deveria nos trazer prazer e sensações de auto-realização. Entretanto, em função da estrutura cerimonial prevalente na sociedade capitalista, o instinto do artesanato é suprimido, tornando a nossa relação com o trabalho desagradável e insatisfatória. Nas palavras de Simiqueli (2016), esse instinto é “subjugado pelos impulsos de emulação pecuniária e comparação odiosa, reforçadores das prerrogativas da classe ociosa” (179). Uma vez que o trabalhador não vê mais prazer ou virtude no trabalho, o ócio passa a ser desejado e a classe que usufrui dele passa a ser não apenas normalizada, mas invejada e reputada (VEBLEN, 1988)<sup>37</sup>.

Entretanto, na ótica vebleniana, o capitalismo teve, a priori, um impacto positivo: um enorme aumento de produtividade. Contudo, a dicotomia entre os instintos predatórios e artesanais começou a ser cada vez mais evidente, manifestando-se como um crescente conflito entre - em termos veblenianos - interesses pecuniários e industriais. Um conflito que, vale destacar, também se manifestava através da existência de diferentes classes sociais<sup>38</sup>. De acordo com Veblen (1918), nós temos, por um lado, o homem comum, os “trabalhadores, operários, operadores, tecnólogos... (...) [uma] categoria geral de indivíduos sobre o qual a capacidade tecnológica de dada comunidade tem efeito diretamente industrial” (p. 134). Por outro lado, temos o estrato social predatório, os “proprietários, investidores, mestres, empregadores, empreendedores, empresários... (...) treinados para a apreensão de homens e de coisas em termos necessários para uma margem lucrativa de investimentos e empreendimentos comerciais” (p. 134). Na visão vebleniana, a parte predatória da sociedade como um todo não é a mesma coisa que a classe ociosa. De fato, os interesses obscuros dessa classe são alimentados pela “ajuda” de uma parte da sociedade que se situaria entre os dois polos sociais. Esse é um grupo social que seria definido por Pluta e Leathers (1978) como uma

---

<sup>36</sup> Veblen destaca que “(...) onde essa posse decorrente da valentia prevaleceu, a população se dividiu em duas classes econômicas: aquelas envolvidas em empregos industriais e aquelas envolvidas em atividades não-industriais, tais como a guerra, o governo, os esportes e atividades religiosas” (p. 361, tradução livre do inglês: “where this tenure by prowess prevails, the population falls into two economic classes: those engaged in industrial employments, and those engaged in such non-industrial pursuits as war, government, sports, and religious observances”). Veblen (1988) advoga que a partir deste ponto, a propriedade se tornou a base convencional da estima social - para ter honra, para ter fama, é preciso possuir bens materiais.

<sup>37</sup> Veblen destaca que “desde o tempo dos filósofos gregos até hoje, reconheceram os homens ponderados, com requisito de uma vida digna, bela ou mesmo virtuosa, que é preciso ter um certo ócio e estar livre de contato com certos processos industriais ligados às necessidades cotidianas da vida humana. A vida ociosa, por si mesma e em suas conseqüências, é linda e nobre aos olhos de todos os homens civilizados” (p.22).

<sup>38</sup> De acordo com Pluta e Leathers (1978), Veblen não contradiz o conceito de classes sociais, mas acredita que esse é apenas um de vários conflitos que constituem uma dinâmica maior: a de controlados e controladores.

classe com interesses “semi-oscuros” - uma vez que são bem pagos e posicionados pela classe ociosa, oferecem a eles o seu apoio.

Essa dinâmica impulsionada por interesses pecuniários leva a uma grande disfunção industrial: a eficiência produtiva é constantemente abandonada. Veblen (2001) observou que, por um lado, a produção é orientada para a eficiência e para o bem da comunidade como um todo e, por outro lado, a classe ociosa coloca a indústria nas mãos de homens de negócio que direcionam o seu curso para o lucro - o que não necessariamente implica em eficiência produtiva e o bem para todos. Essa dicotomia eventualmente leva a uma espécie de sabotagem: a eficiência da indústria seria deliberadamente reduzida, e as fábricas produziram abaixo de sua capacidade. Consequentemente, os trabalhadores ficariam sem trabalho e sem acesso a importantes bens e serviços. De acordo com Veblen (1904), esse processo seria corriqueiro e natural na economia capitalista. E não importa se esse tipo de ocorrência possui sérias consequências para os mais pobres: na sociedade de negócios, isso não é moralmente errado.

Em sua tradição vebleniana, o institucionalismo não vê o capitalismo como positivo<sup>39</sup>. Como observam Dugger (2006) e Conceição (2007), Veblen acredita que a sociedade capitalista não deve ser melhorada, como advoga o pensamento keynesiano. De fato, em linha com a tradição marxista, ele acreditava que nós deveríamos transformar a sociedade contemporânea em algo completamente diferente<sup>40</sup>. A civilização moderna é fundamentalmente controlada pelas características predatórias da propriedade privada e, conseqüentemente, busca constantemente refrear o fortalecimento do instinto do artesanato, cujo *ethos* alavanca, por um lado, a cooperação comunitária em detrimento da concorrência interpessoal e, por outro lado, a independência e individualidade igualitária do ser humano em detrimento das subordinações e superioridades cerimoniais de uma minoria ociosa.

---

<sup>39</sup> De forma mais direta, Veblen (1924) categoricamente afirma que a dinâmica capitalista moderna “é por assim dizer, uma coisa desajeitada. Se trata de uma organização de novas formas e meios, em termos de processos industriais e de mão de obra, sujeita a um controle irresponsável por parte de um corpo de empresários antiquado e que segue uma estratégia superada e visa atingir fins obsoletos” (1924, p. 210, tradução livre do inglês: “is by way of being a misfit. It is an organization of new ways and means in the way of industrial process and man-power, subject to irresponsible control at the hands of a superannuated general staff of business men moving along lines of an old-fashioned strategy toward obsolete ends”).

<sup>40</sup> A despeito do fato de Marx e Veblen concluírem que o capitalismo precisa ser destruído, eles têm profundas discordâncias sobre os futuros eventos da humanidade. Para o marxismo, o fim do capitalismo é eminente e ocorrerá em função de sua ruptura superestrutural. Veblen, por outro lado, entende que a história é absurda (CONCEIÇÃO, 2007) e conseqüentemente não acredita que uma ruptura é iminente. Se um dia o capitalismo chegar ao fim, o fará através de um conjunto de mudanças institucionais.

## Conclusão

O estudo de literatura selecionada de importantes teóricos das escolas do pensamento econômico analisadas mostra profundas diferenças em como cada uma delas entende e se posiciona frente à ordem capitalista. Por um lado, temos o *mainstream* econômico. Análise de sua base teórica (tanto de seus axiomas quanto principais teóricos-base) aponta para inevitabilidade de sua abordagem favorável à estrutura socioeconômica do capitalismo. E isso não parece ocorrer em via única: análise histórica sugere que ao mesmo tempo em que a ortodoxia econômica dá ao capitalismo uma leitura simpática, as necessidades cerimoniais desse sistema deram uma notoriedade kafkiana ao pensamento neoclássico<sup>41</sup>.

Por outro lado, a economia heterodoxa não apresenta unidade a respeito de sua compreensão acerca da ordem capitalista. Embora pós-keynesianos, marxistas e institucionalistas comumente trabalhem juntos, há um enorme elefante na sala que não pode ser ignorado: a tradição keynesiana acredita que o capitalismo pode ser reformado de modo a alcançar desenvolvimento social. Keynes, de fato, foi um entusiasta do capitalismo, e a tradição que evoca seguir seus escritos fundamentais nunca advogou a superação do mesmo. Marx e Veblen, pelo contrário, foram contrários ao sistema socioeconômico vigente. Ambos concordam que tal sociedade está condenada a crises e depressões constantes, fadadas a ocorrer em função da própria dinâmica do sistema.

Quando se pensa em uma teoria econômica antagônica ao capitalismo, o que o senso-comum econômico nos sussurra sempre é a mesma coisa: marxismo. E essa posição não é, sem sombra de dúvidas, injusta. Entretanto, parece claro que o institucionalismo tem consideráveis contribuições para uma concepção crítica da ordem socioeconômica vigente. Tanto uma escola quanto a outra podem beneficiar-se igualmente de uma aproximação mais intensa. Veblen pode enriquecer lacunas do pensamento marxista, enquanto Marx pode fazer o mesmo pelo pensamento vebleniano. Como bem advoga Dugger (1988), a despeito de suas diferenças relativas à teoria do valor e à dialética hegeliana, o “marxismo e o institucionalismo radical não são abordagens contraditórias no que tange às teorias sociais e políticas” (p. 16, tradução livre<sup>42</sup>). Quase 100 anos se passaram desde que Keynes (2010) projetou a utopia capitalista a ser encontrada por seus netos e continuamos vivendo em uma sociedade profundamente injusta. Não obstante, agora conhecemos os grandes custos ambientais a pagar em função da atroz expansão do capitalismo industrial ao

---

<sup>41</sup> À luz da história, essa conclusão se torna óbvia. Conjuntamente à hegemonização da economia capitalista, assistiu-se o estabelecimento da ortodoxia neoclássica como detentora da teoria preponderante nas principais publicações científicas e na composição dos departamentos da maioria das escolas de economia ao redor do mundo, autoproclamando-se como a ciência econômica *per se*, relegando a posição de não-científicas a todas as demais escolas do pensamento (ARNSPERGER E VAROUFAKIS, 2005). Outros trabalhos que enxergam essa relação simbiótica entre capitalismo e econômica neoclássica podem ser encontrados em Bianchi (1990), Dumont (1970) e Prado (2001).

<sup>42</sup> Do inglês: “Marxism and radical institutionalism are not contradictory approaches to social theory and policy”.



longo dos últimos 200 anos. O momento parece urgir pela construção teórica conjunta entre aqueles que buscam a equidade social, o fim da exploração do homem pelo homem, o restabelecimento da visão valorosa e virtuosa do trabalho humano e o rompimento com uma estrutura social que permite a posição monárquica de uma minoria ociosa e predatória.

### Referências

ARESTIS, Philip. **Post-Keynesianism: a new approach to economics**. Review of Social Economy, v. 48, n. 3, p. 222-246, 1990.

ARNSPERGER, Christian; VAROUFAKIS, Yanis. **A Most Peculiar Failure. On the Essence of Neoclassical Economics, its Response to Criticism, and its Remarkable Capacity to Turn Explanatory Failure into Theoretical Triumph**. Mono, Disponível em: <[http://www.sfecon.com/2\\_Theory/23\\_Stability/233\\_Equilibrium/A&V.pdf](http://www.sfecon.com/2_Theory/23_Stability/233_Equilibrium/A&V.pdf)> Acessado em: 12 de novembro de 2018.

ARNSPERGER, Christian; VAROUFAKIS, Yanis. What Is Neoclassical Economics? **The three axioms responsible for its theoretical oeuvre, practical irrelevance and, thus, discursive power**. Panoeconomicus, v. 53, n. 1, p. 5-18, 2006.

BIANCHI, Álvaro. **O Primado da Política: Revolução Permanente e Transição**. Outubro, v. 5, n. 5, p. 101-115, 2000.

BIANCHI, Ana Maria. **Razão e paixões na pré-história da economia**. Estudos Econômicos, v. 20, n. 3, p. 151-170, 1990.

BUSATO, Maria Isabel; PINTO, Eduardo Costa. **Uma perspectiva reducionista da revolução keynesiana: a síntese neoclássica**. Análise Econômica, v. 26, n. 50, p. 111-139, 2008.

CARVALHO, Fernando Cardim de. **Da Síntese Neoclássica à Redescoberta de Keynes**. Análise econômica, v. 6, n. 9, p. 3-21, 1987.

COLANDER, David. **The death of neoclassical economics**. Journal of the history of Economic Thought, v. 22, n. 2, p. 127-143, 2000.

COLANDER, David; HOLT, Richard; ROSSER JR, Barkley. **The changing face of mainstream economics**. Review of Political Economy, v. 16, n. 4, p. 485-499, 2004.

- CONCEIÇÃO, Octavio A. C. **Além da transação: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos.** Revista Economia, Brasília, v. 8, n. 3, p. 621-642, 2007.
- DAVIDSON, Paul. **Setting the record straight on A history of Post Keynesian economics.** Journal of Post Keynesian Economics, v. 26, n. 2, p. 245-272, 2003-2004.
- DEQUECH, David. **Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics.** Journal of Post Keynesian Economics, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.
- DIGGINS, John P. **Animism and the origins of alienation: the anthropological perspective of Thorstein Veblen.** History and Theory, v. 16, n. 2, p. 113-136, 1977.
- DOW, Sheila C. **The Post-Keynesian School.** In: MAIR, Douglas; MILLER, Anne G. A Modern Guide to Economic Thought: An Introduction to Comparative Schools of Thought in Economics, Aldershot, Edward Elgar, 1992.
- DOW, Sheila C. **Prospects for the progress of heterodox economics.** Journal of the History of Economic Thought, v. 22, n. 2, p. 157-170, 2000.
- DUGGER, William M. **Power: an institutional framework of analysis.** Journal of Economic Issues, v. 14, n. 4, p. 897-907, 1980.
- DUGGER, William M. **Veblen and Kropotkin on human evolution.** Journal of Economic Issues, v. 18, n. 4, p. 971-985, 1984.
- DUGGER, William M. **Radical institutionalism: basic concepts.** Review of Radical Political Economics, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.
- DUGGER, William M. **Veblen's radical theory of social evolution.** Journal of Economic Issues, v. 40, n. 3, p. 651-672, 2006.
- DUMONT, Louis. **Religion, politics, and society in the individualistic universe.** Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland, n. 1970, p. 31-41, 1970
- FAUSTO, Ruy. **Dialética marxista, dialética hegeliana - O Capital e A lógica de Hegel.** Discurso, n. 20, p. 41-76, 1993.
- FERRARI FILHO, Fernando; TERRA, Fábio H. B. **As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas.** Revista de Economia Contemporânea, v. 15, n. 2, p. 271-295, 2011.

- FEYERABEND, Paul. **Against Method**. Verso, 1993.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and Freedom**. The University of Chicago Press, 1982.
- FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GANEM, Angela. **O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek**. *Economia e Sociedade*, v. 21, n. 1, p. 143-164, 2012.
- GERMER, Claus M. **‘Economia monetária’ ou ‘economia capitalista’? Marx e Keynes: sobre a natureza do capitalismo**. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 26, n. 4, p. 51-81, 1996.
- GUERRIEN, Bernard. **Irrelevance and Ideology**. *Post-Autistic Economics Review*, v. 29, n. 6, 2004.
- HARVEY, David. **Seventeen contradictions and the end of capitalism**. Oxford University Press, 2014.
- HARVEY, John T. **Contending perspectives in economics: A guide to contemporary schools of thought**. Edward Elgar Publishing, 2015.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.
- HICKS, John R. **Mr. Keynes and the "classics"; a suggested interpretation**. *Econometrica: Journal of the Econometric Society*, v. 5, n. 2, p. 147-159, 1937.
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HUNT, Emery Kay; LAUTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Elsevier, 2013.
- JENKS, Chris. **Core sociological dichotomies**. Sage, 1998.
- KANTH, Rajani. **Against Eurocentred Epistemologies'**. In: FLEETWOOD, Steve. *Critical Realism in Economics*, London: Routledge, p. 187-208, 1999.
- KATZNER, Donald W. **In defense of formalization in economics**. In: *Unmeasured Information and the Methodology of Social Scientific Inquiry*. Springer, Boston, p. 47-60, 2001.

- KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- KEYNES, John Maynard. **Economic possibilities for our grandchildren**. In: Essays in persuasion. London, Palgrave Macmillan, 2010.
- KIRMAN, Alan. **The intrinsic limits of modern economic theory: the emperor has no clothes**. The Economic Journal, v. 99, n. 395, p. 126-139, 1989.
- KRUGMAN, Paul. **Two cheers for formalism**. The Economic Journal, v. 108, n. 451, p. 1829-1836, 1998.
- KRUGMAN, Paul. **How did economists get it so wrong?** New York Times, v. 2, n. 9, p. 36, 2009.
- KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. Perspectiva, 1998.
- LAVOIE, Marc et al. **Do heterodox theories have anything in common? A post-Keynesian point of view**. Intervention. Journal of Economics, v. 3, n. 1, p. 87-112, 2006.
- LAWSON, Tony. **The nature of heterodox economics**. Cambridge journal of economics, v. 30, n. 4, p. 483-505, 2005.
- LEE, Frederic S. **Heterodox economics**. The Long Term View: A Journal of Informed Opinion, v. 7, n. 1, p. 23-30, 2008.
- LEE, Frederic S. **A history of heterodox economics: challenging the mainstream in the twentieth century**. Routledge, 2009.
- LÖWY, Michael. **Marx e Engels como sociólogos da religião**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 43, p. 157-170, 1998.
- LUZ, Manuel Ramon Souza; FRACALANZA, Paulo Sérgio. **Alfred Marshall e as " evoluções" vitorianas: situando Darwin e Spencer nos fundamentos teóricos do pensamento marshalliano**. Nova Economia, v. 22, n. 3, p. 417-450, 2012.
- MANKIW, N. Gregory. **What would Keynes have done?** New York Times, v. 28, 2008.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boi Tempo, 2010.
- MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Boi Tempo, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boi Tempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boi Tempo, 2015.

OLIVEIRA, Moacir Almeida de. **Semelhanças e diferenças entre o comunismo e o cristianismo primitivo**. Revista Historiador Especial, ano 3, n 1, p. 51-70, 2010.

OREIRO, José Luis; GALA, Paulo. **Ortodoxia x Heterodoxia: qual o seu programa de pesquisa preferido?**. Disponível em:

<[http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/011020165926\\_1.docx.pdf](http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/ienamidia/arquivo/011020165926_1.docx.pdf)>UFRJ, Acesso em: 20 de novembro de 2018.

PIRENNE, Henri. **Economic and social history of medieval Europe**. Harcourt, Brace and Company, 1956.

PLATÃO. **A República**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, v. 19937, 1987.

PLUTA, Joseph E.; LEATHERS, Charles G. **Veblen and modern radical economics**. Journal of Economic Issues, v. 12, n. 1, p. 125-146, 1978.

POLANYI, Karl. **The great transformation: the social and political origins of Our time**. Boston: Beacon, 2001.

POSNER, Richard. **How I became a Keynesian**. Revista de Economía Institucional, v. 12, n. 22, p. 293-305, 2010.

PRADO, Eleutério F. S. **A ortodoxia neoclássica**. Estudos Avançados, v. 15, n. 41, p. 9-20, 2001.

PRADO, Eleutério F. S. **Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica**. Nova Economia, v. 16, n. 2, p. 303-322, 2006.

ROSSER, J. Barkley; ROSSER, Marina V. **Comparative economics in a transforming world economy**. Mit Press, 2018.

RUTHERFORD, Malcolm. **Understanding institutional economics: 1918–1929**. Journal of the History of Economic Thought, v. 22, n. 3, p. 277-308, 2000.

SAMUELSON, Paul A. **Lord Keynes and the general theory**. Econometrica, Journal of the Econometric Society, p. 187-200, 1946.

SIMIQUÉLI, R. R. **Força e Fraude: apontamentos sobre a "Teoria da Classe Ociosa" e os limites da mudança institucional.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2016.

VEBLEN, Thorstein. **Why is economics not an evolutionary science?.** The quarterly journal of economics, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898a.

VEBLEN, Thorstein. **The instinct of workmanship and the irksomeness of labor.** American Journal of Sociology, v. 4, n. 2, p. 187-201, 1898b.

VEBLEN, Thorstein. **The beginnings of ownership.** American Journal of Sociology, v. 4, n. 3, p. 352-365, 1898c.

VEBLEN, Thorstein. **The barbarian status of women.** American Journal of Sociology, v. 4, n. 4, p. 503-514, 1899.

VEBLEN, Thorstein. **The theory of business enterprise.** New York: Scribner's, 1904.

VEBLEN, Thorstein. **The limitations of marginal utility.** Journal of political Economy, v. 17, n. 9, p. 620-636, 1909.

VEBLEN, Thorstein. **The instinct of workmanship and the state of the industrial arts.** B. W. Huebsch, 1918.

VEBLEN, Thorstein. **Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times: The Case of America.** Saxony, 1924.

VEBLEN, Thorstein. **The Instinct of Workmanship.** New York: Huebsch, 1964.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

VEBLEN, Thorstein. **The engineers and the price system.** Kitchener, 2001.

VIEIRA, Zaira Rodrigues. **As novas leituras de Marx e um velho problema da economia política.** *Sociologias*, v. 20, n. 47, p. 276-306, 2018.

WALRAS, Léon. **Compêndio dos elementos de economia política pura.** Nova Cultural, 1996.

ZIMBALIST, Andrew; SHERMAN, Howard J. **Comparing economic systems: a political-economic approach.** Academic Press, 1984.

